



**INSTRUMENTO DE CONTRATO, COM EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO, ESPECIFICAÇÕES, MEMORIAL DESCRITIVO E BOTÂNICO E ORÇAMENTO DE PROJETO DE ARQUITETURA DE PAISAGEM, A SER EXECUTADO NA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, E A EMPRESA ACS CONSTRUÇÕES LTDA.**

**Contrato nº 073/2021**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Raimundo de Campos Vieira, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria deste Tribunal, e a **EMPRESA ACS CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF n.º 21.162.729/0001-34, com sede na Rua Dr. José Peroba, 349, Emp Costa Azul, Stiep, Salvador/Ba, CEP 41.770-235, e-mail: neutonbacelar@gmail.com, telefone (71) 991197973, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. Neuton Luiz Moraes Bacelar, resolvem celebrar o presente **CONTRATO, COM EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO, ESPECIFICAÇÕES, MEMORIAL DESCRITIVO E BOTÂNICO E ORÇAMENTO DE PROJETO DE ARQUITETURA DE PAISAGEM, A SER EXECUTADO NA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, com base no artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93, consoante Processo SEI 0002473-36.2021.6.05.8000.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DO VALOR E DA GARANTIA CONTRATUAL**

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços, por empresa especializada, de elaboração de projeto executivo, especificações, memorial descritivo e botânico e orçamento de Projeto de Arquitetura de Paisagem, a ser executado na Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, que compreende o Prédio Principal, Bloco de Serviço e Anexos I (antigo Prédio dos Cartórios), em conformidade com o Termo de Referência elaborado pelo Contratante e proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

2. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, conforme especificado na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CÓDIGO SBC	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	<b>Projeto de paisagismo</b>					
1.1	Projeto de paisagismo	M²	7.117,40	92	3,26	23.169,00
1.2	Cópia e plotagem	Unidade	30,00	250	12,00	360,00

*Handwritten signature*



<b>VALOR TOTAL SEM B.D.I</b>	<b>23.529,00</b>
<b>B.D.I 22,47%</b>	<b>6.471,00</b>
<b>VALOR TOTALCOM B.D.I.</b>	<b>30.000,00</b>

3. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da execução deste ajuste.

4. No prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da sua via do instrumento contratual assinado pelo Tribunal, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, nos termos do item 10 do Termo de Referência em anexo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. A despesa correrá à conta do elemento 3.44.90.51.80 “Estudos e Projetos”, vinculado à Ação 02.122.0033.153H.2261 “Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no Município de Salvador - BA”, pertinente ao Programa “de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário”.

2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho nº 2021NE1195, em 10 de dezembro de 2021.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. Os serviços serão executados em conformidade com o **Termo de Referência em anexo**.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

1. A Contratante obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes do Contrato;
- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as qualificações exigidas no Termo de Referência;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- f) fornecer informações e documentação necessária para condução dos trabalhos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícitas ou implicitamente contidas no presente contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:



a) manter, na mais absoluta confidencialidade todas as informações, dados, documentos, metodologia e demais elementos a que tiver conhecimento ou acesso em razão da execução contratual, assim como não divulgá-los a quem quer que seja, em época ou sob hipótese alguma, salvo mediante autorização por escrito do TRE-BA.

b) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;

c) emitir nota fiscal/fatura do serviço prestado;

d) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;

e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

f) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

g) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;

h) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições exigidas para a contratação;

i) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;

j) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;

k) prestar garantia contratual, nos termos do item 10 do Termo de Referência em anexo.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo I deste Contrato.

2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.





#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

1. O presente contrato terá vigência de **220 (duzentos e vinte) dias**, contados a partir da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

1. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/93, a Contratante poderá aplicar ao Contratado, pelo atraso injustificado na execução do Contrato e pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, isoladamente ou juntamente com as multas definidas no Termo de Referência, as seguintes sanções:

1.1. Advertência;

1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, por prazo não superior a dois anos; ou

1.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93.

2. A recusa injustificada do contratado em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

3. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 305/2019, da Presidência do TRE-BA.

4. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, o Contratado estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

5. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos ao Contratado, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e artigo 26, parágrafo primeiro, da Portaria nº 305/2019, da Presidência do TRE/BA.

6. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos ao contratado vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.



7. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nos itens 5 e 6, a Contratada será intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.

8. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

9. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art. 109 da Lei 8.666/93.

10. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Contratante decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente atualizado pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

#### **CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo do constante na cláusula oitava.

2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro no artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93, tendo por base as condições estabelecidas no Termo de Referência elaborado pelo Contratante e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

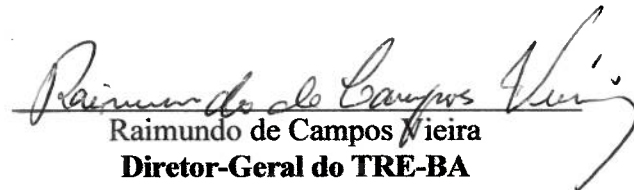
#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.



E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador 17 de DEZEMBRO de 2021.

  
Raimundo de Campos Vieira  
Diretor-Geral do TRE-BA

  
Neuton Luiz Morais Bacelar  
CONTRATADA